

Relato de Experiência

Ações coletivas e redes de solidariedade no trabalho com os jovens no contexto (pós) pandêmico

Collective actions and solidarity networks in working with young people in the (post) pandemic context

Beatriz Prado Pereira^a , Nívia de Melo Silva^a , Beatriz Alves Gomes de Lima^a , Ana Carolina Fonseca de Alcântara^a , Camila Dias de Carvalho^a , Dominique Freire de Freitas^a , Helenayane Karla da Silva Morais^a , Nathália Maria Spohr de Medeiros^a , Iara Falleiros Braga^a 

^aUniversidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil.

Como citar: Pereira, B. P., Silva, N. M., Lima, B. A. G., Alcântara, A. C. F., Carvalho, C. D., Freitas, D. F., Morais, H. K. S., Medeiros, N. M. S., & Braga, I. F. (2025). Ações coletivas e redes de solidariedade no trabalho com os jovens no contexto (pós) pandêmico. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 33, e3986. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoRE407339861>

Resumo

A pandemia da COVID-19 agravou uma série de desafios já presentes no dia a dia dos jovens, como a instabilidade no trabalho e na renda, a relação com a escola e o acesso a direitos sociais. Nesse contexto, a terapia ocupacional social ganha ainda mais relevância ao conectar cidadania, direitos humanos e sociais como eixos centrais no trabalho com grupos e territórios marcados pela vulnerabilidade. Este artigo traz um relato de experiência desenvolvido por membros do Laboratório Metuia/UFPB junto a jovens de uma associação comunitária na cidade de João Pessoa, PB, Brasil, tanto durante a pandemia quanto no período pós-pandêmico. Ao longo desse período, a construção de redes de solidariedade e a mobilização coletiva foram o foco das ações em terapia ocupacional social com os jovens desse território. O projeto “Jovens Solidários” surgiu a partir da iniciativa dos próprios jovens da comunidade, que se organizaram para atender a necessidades emergentes do contexto pandêmico. A partir da criação de uma rede de apoio, envolveram diferentes parceiros e movimentos sociais, ampliando o alcance das ações. Dentro dessa construção coletiva, ancorada na terapia ocupacional social, a ideia do “inédito viável” se fortaleceu: a solidariedade se torna essencial para a transformação social e um caminho possível para reinventar outros presentes e futuros.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional, Cidadania, Juventude, Solidariedade.

Recebido em Nov. 8, 2024; 1ª Revisão em Dez. 2, 2024; Aceito em Mar. 20, 2025.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution* (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Abstract

The COVID-19 pandemic has worsened a series of challenges already present in the daily lives of young people, such as job and income instability, relationships with school, and access to social rights. In this context, social occupational therapy gains even more relevance by connecting citizenship, human and social rights as central axes in working with groups and territories marked by vulnerability. This article presents an experience report developed by members of the Metuia Laboratory/UFPB with young people from a community association in the city of João Pessoa, PB, Brazil, both during the pandemic and in the post-pandemic period. Throughout this period, the construction of solidarity networks and collective mobilization were the focus of social occupational therapy actions with young people in this territory. The “Jovens Solidários” project emerged from the initiative of the young people in the community themselves, who organized themselves to meet emerging needs in the pandemic context. From the creation of a support network, they involved different partners and social movements, expanding the scope of the actions. Within this collective construction, anchored in social occupational therapy, the idea of the “viable unprecedented” is strengthened: solidarity becomes a driver of social transformation and a possible path to reinvent other presents and futures.

Keywords: Occupational Therapy, Citizenship, Adolescent, Solidarity.

Introdução

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona e intensificou problemas sociais presentes na vida dos jovens brasileiros, especialmente dos de baixa renda e moradores de favelas e periferias, localidades cujos impactos da pandemia ainda reverberam no cenário atual. Os efeitos da crise foram além dos aspectos sanitário e hospitalar, atingindo também, de maneira abrupta, as condições de emprego e renda, a relação desses jovens com a educação formal e seu acesso aos direitos sociais. No contexto de um “pós-pandemia” marcado pela continuidade de profundas desigualdades, vemos um aumento na taxa de desemprego, uma redução no poder de compra e maior dificuldade de acesso à moradia digna e a serviços essenciais, o que evidencia a fragilidade do sistema de proteção social no Brasil (Araújo et al., 2021).

Durante o mandato presidencial brasileiro que foi de 2019 a 2022, a gestão dessa crise foi marcada pela adoção de uma *necropolítica* (Mbembe, 2018, p. 17), definida pela decisão sobre “quem vive e quem morre”. Esse cenário se sustentou na violação sistemática de direitos humanos, sociais, políticos e ambientais, aprofundando desigualdades e reforçando estruturas discriminatórias contra diferentes grupos marginalizados. O governo incentivou o desmatamento e a devastação de biomas, facilitou a expropriação de terras indígenas e quilombolas e permitiu a invasão desses territórios, resultando no genocídio de seus povos. Nas favelas e periferias, a política de morte se expressou no extermínio da juventude negra e pobre.

Apesar de esse se tornar um cenário marcado por opressão, violência e ataque à vida dessas populações, foi a partir desses lugares e territórios que surgiram experiências possíveis de agenciamento e resistência para o enfrentamento da pandemia, tendo em

vista as ações de solidariedade coletivas mobilizadas, principalmente, por movimentos sociais, para garantir, minimamente, aquilo que deveria ter sido obrigação do Estado: a sobrevivência da população.

Mesmo após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar o fim da emergência de saúde pública de importância internacional em maio de 2023 (Organização Mundial da Saúde, 2023), as problemáticas sociais brasileiras continuam numerosas e complexas, refletindo os impactos profundos que a crise sanitária agudizou na sociedade, tais como o desemprego e a precarização do trabalho, a desigualdade social, o acesso a e a permanência nas instituições de ensino, o acesso à saúde, a assistência social, a violência doméstica e de gênero, dentre outras.

Diante da importância desse debate para a terapia ocupacional social, que atua com grupos em situações de vulnerabilidade a partir dos princípios da cidadania e dos direitos humanos e sociais, torna-se fundamental discutir práticas que estimulem a participação ativa dos sujeitos na construção e manutenção de seus direitos e no enfrentamento das desigualdades (Lopes & Malfitano, 2023). Nesse contexto, entre 2020 e 2022, foi desenvolvida uma ação de extensão universitária em uma associação comunitária na cidade de João Pessoa/PB, buscando fortalecer redes de apoio e fomentar estratégias coletivas de resistência e transformação social.

A iniciativa envolveu a colaboração de dois professores e dez estudantes de terapia ocupacional, além de três estudantes de serviço social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em parceria com cerca de 15 jovens da comunidade local. Os encontros semanais aconteceram de forma online nas tardes de sexta-feira e tinham como objetivo criar espaços de diálogo e apoio, promovendo atividades que abordavam temas como direitos sociais, cidadania e desenvolvimento pessoal, visando fortalecer a atuação dos jovens frente às suas realidades.

Desde 2018, o projeto de extensão desenvolvido pelo Laboratório Metuia/UFPB intitulado “Timbó em Movimento: espaço público, educação e ação coletiva”, tem promovido atividades com jovens de uma associação comunitária na comunidade do Timbó (Figura 1). Esse projeto se fundamenta no referencial teórico-metodológico da terapia ocupacional social, utilizando seus recursos e tecnologias sociais (Lopes et al., 2014). O foco está na reflexão sobre modos de vida e cotidianos urbanos, valorizando espaços públicos como ruas e praças para discutir cidadania, convivência e ação coletiva (Arendt, 2007). Os jovens são incentivados a se envolver ativamente na construção de uma comunidade mais democrática e participativa, promovendo redes de apoio e solidariedade.

O recorte retratado neste relato visa compartilhar e refletir sobre parte da trajetória percorrida por esse grupo ao auxiliar na organização e mobilização dos jovens diante das problemáticas exacerbadas pela pandemia da COVID-19. Durante o período de distanciamento, foram adotadas estratégias de diálogo e ações remotas que permitiram manter a proximidade com os cotidianos e as realidades desses jovens, ainda que à distância. Com o avanço da vacinação e a gradual retomada das atividades presenciais, foi possível desenvolver ações que culminaram na criação de projetos mais fortalecidos e diversificados, em parceria com os jovens da comunidade, que assumiram um papel ativo na criação e execução das iniciativas.



Figura 1. Comunidade do Timbó.

Juventudes, Movimentos Sociais e de Solidariedade

Na terapia ocupacional social, cujas práticas abordam problemas da vida cotidiana profundamente interconectados com as precariedades persistentes ou com a inexistência de condições sociais que oportunizem uma existência digna, a pandemia revelou, e o pós-pandemia continua revelando, aspectos que convocam à ação-reflexão-ação “[...] articulando, técnica e politicamente, cidadania, universalização de direitos, políticas sociais, radicalização da democracia [...]” (Lopes, 2016, p. 46), em prol do alargamento do acesso aos direitos e bens sociais que alcancem e tornem possível a busca da justiça social (Malfitano et al., 2020).

Os conceitos de cidadania e formação das identidades são essenciais na interpretação e elaboração de projetos de intervenção em terapia ocupacional. Ao colocar a cidadania no centro de sua prática, a terapia ocupacional social busca referências teóricas e desenvolve metodologias que enfrentem os paradoxos de uma sociedade profundamente desigual (Barros, 2004), orientando intervenções e criando ferramentas para promover uma sociedade mais justa.

De acordo com Santos (2012), a cidadania resulta de processos de aprendizagem que moldam as subjetividades e identidades das pessoas, criando laços culturais. A cidadania é uma luta contínua, que nunca se completa, e requer que gerações sucessivas intervenham no sistema jurídico para garantir direitos por meio de dispositivos legais e institucionais. No entanto, Santos alerta que as leis, por si só, não garantem a cidadania; é necessário reivindicá-la, e isso exige uma leitura crítica do mundo e a participação política e coletiva.

Nesse contexto, torna-se essencial problematizar os impactos sociais da pandemia na prática profissional da terapia ocupacional social e ressaltar a importância da inventividade nas ações desenvolvidas. As experiências vivenciadas durante a COVID-

19 expuseram de maneira contundente as vulnerabilidades enfrentadas pelos jovens e a necessidade de estratégias inovadoras para lidar com essas realidades. Assumimos, portanto, o desafio de manter a premissa de que “o terapeuta ocupacional social trabalha com base na interpretação da demanda que é simultaneamente individual e coletiva” (Barros, 2004, p. 93), o que implica uma abordagem que considera, também, as especificidades territoriais e comunitárias.

As dificuldades estruturais da vida coletiva nas grandes cidades, principalmente nos territórios marginalizados – favelas, comunidades e periferias - fizeram com que diversos segmentos da sociedade buscassem alternativas por meio da criação de redes ativas de solidariedade, tendo como protagonistas jovens dos coletivos de cultura, movimentos populares, movimentos negros, associações de bairro, torcidas antifascistas de futebol, grupos de amigos e familiares que se organizaram para exercer a solidariedade horizontal – baseada na noção de resistência e de coletividade, como eixo fundamental para a transformação e justiça social (Cardoso et al., 2021).

Hannah Arendt (2011) aponta a solidariedade como um conceito complexo e multifacetado dentro do contexto da política e da ação coletiva. Para Arendt, a solidariedade não se limita apenas à empatia ou compaixão passiva, mas é essencialmente uma forma de ação política que emerge quando indivíduos se articulam a partir de um objetivo comum, especialmente em momentos de crise ou opressão. Ela destaca que a solidariedade política não se baseia necessariamente em identidades compartilhadas ou interesses pessoais, mas sim na capacidade dos indivíduos de agir juntos, assumindo a responsabilidade uns pelos outros e se engajando em ações coletivas que buscam a justiça e a emancipação.

A solidariedade, mais do que uma resposta emergencial, configura-se como uma prática política de emancipação coletiva. Ao exercer a solidariedade, os jovens constroem redes que confrontam as estruturas de poder e apontam para uma sociedade que valoriza a construção coletiva e a justiça social, rompendo com o individualismo promovido pelo neoliberalismo.

Ao longo da história, as juventudes têm desempenhado um papel fundamental como protagonistas de grandes transformações sociais e lutas pela justiça social, tanto no Brasil quanto globalmente. Jovens em diversas partes do mundo uniram-se em ações coletivas, movimentos sociais e redes de solidariedade para resistir a opressões, desigualdades e injustiças. Suas mobilizações têm se manifestado em demandas por processos democráticos, acesso a direitos sociais e educação de qualidade. Além disso, eles têm combatido o fechamento de escolas e lutado contra desigualdades desencadeadas pelas opressões de gênero, raça e sexualidade (Scherer-Warren, 2008).

Fazendo um breve resgate de alguns movimentos importantes desde o início da pandemia no Brasil, a campanha de solidariedade “*Periferia Viva*”, organizada pelo Levante Popular da Juventude em parceria com outros movimentos sociais¹, se destacou em nível nacional. Essa iniciativa foi significativa, pois promoveu um encontro entre o alimento agroecológico proveniente da reforma agrária e a grave falta de alimentos enfrentada pelos moradores das periferias (Cardoso et al., 2021).

Além disso, diversas ações de solidariedade popular ocorreram localmente nas periferias, como a “Nós por Nós”, que mobilizou mais de cinco mil favelas e envolveu

¹ Além do Levante Popular da Juventude, fizeram parte o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

cerca de cem mil pessoas, incluindo militantes, lideranças comunitárias e voluntários. Essa ação teve um grande impacto, não só na arrecadação e distribuição de alimentos, mas também no combate às *fake news* que circulavam durante e sobre a pandemia.

Diferentemente da abordagem adotada por grandes corporações e grupos empresariais que frequentemente levantaram a bandeira da caridade em um modelo semelhante ao que Paulo Freire descreveu como "educação bancária" - onde o conhecimento é depositado passivamente nos indivíduos -, os movimentos sociais e os jovens priorizaram a construção de redes, em que os envolvidos foram participantes ativos, partilharam e receberam, considerando as realidades culturais e suas trocas, na direção da construção de novos saberes que dialogam com resistência, saber popular e coletividade (Cardoso et al., 2021).

Os movimentos sociais oferecem aos jovens um espaço e oportunidade para a construção de uma identidade coletiva que vai além das experiências individuais. Ao integrar-se em redes de solidariedade, esses jovens não só se reconhecem como cidadãos, mas também como protagonistas na luta por direitos, ressignificando seu papel na sociedade e fortalecendo a noção de cidadania participativa.

Nesse contexto, a solidariedade vivenciada pelos jovens e movimentos sociais está profundamente conectada aos territórios em que eles vivem e atuam. É nesse espaço concreto que se formam as redes de apoio e onde se concretiza a resistência às desigualdades impostas. Assim, o território, de acordo com Santos (2005), foi e precisa continuar sendo o espaço do acontecer solidário.

Independentemente de sua dimensão, é nesse lugar que se localiza a resistência da sociedade civil, essencial para aprender as formas de tensionamento do Estado e garantir suas responsabilidades para com o povo. Santos (2005, p. 251) destaca que é no território onde reside "a única possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política".

As respostas à pandemia variaram entre os estados e cidades, mas nenhuma delas conseguiu esconder a incapacidade e a falta de previsibilidade dos gestores diante de emergências que foram e continuam sendo anunciadas. Como aponta Santos (2005), foi necessário – e continuará sendo – imaginar soluções fundamentadas na democracia participativa, com foco nos bairros e nas comunidades. Além disso, é essencial promover uma educação orientada para a solidariedade e cooperação, em vez de priorizar o empreendedorismo e a competitividade a todo custo.

Freire (1996) e Santos (2000) destacam a importância da participação política dos indivíduos na construção de práticas sociais, políticas e culturais. Para que essa participação seja eficaz, é essencial que os sujeitos se organizem coletivamente e se fortaleçam em suas capacidades políticas. Ambos os autores ressaltam a relevância de uma instrumentalização coletiva que possibilite a compreensão das formas sutis de dominação exercidas pelos grupos hegemônicos do sistema dominante, os quais "manipulam a opinião pública pela via da publicidade" (Santos, 2000, p. 48). E, para isso, é fundamental que essa ação se desenvolva a partir do território.

Para isso, pensar a ação territorial-comunitária implica em transitar do coletivo para o singular/individual e vice-versa. A centralidade do território na busca por novos horizontes de resistência revela-se como um campo essencial para a construção de utopias, com a ideia de ação política e coletiva mediando a relação entre o mundo, a

sociedade e o indivíduo. O território, assim, se torna indispensável para a compreensão do funcionamento da vida presente (Santos, 1988). Em tempos de "pós-pandemia", o território intensificou-se como uma arena de conflito, onde as ações hegemônicas do capital financeiro neoliberal enfrentam os movimentos capazes de tecer redes de cooperação, enriquecendo o tecido social de determinadas localidades.

Diante desse cenário, as ações da terapia ocupacional social ganham relevância, especialmente para minimizar, na medida do possível, os impactos na vida cotidiana daqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. Como afirmam Malfitano et al. (2020, p. 4), "[...] o trabalho em terapia ocupacional, nos cotidianos dos sujeitos, só se concretiza na luta pela vida possível para todos, em todas as potências e diferenças que lhes dão significado e fazem diminuir as desigualdades". Dessa forma, a terapia ocupacional social colabora para movimentos de resistência, autonomia, cidadania e para a garantia de direitos dos sujeitos em situações de vulnerabilidade social, fomentando espaços de solidariedade e ação coletiva.

Jovens Solidários e a Rede de Comunicação Meu Timbó

O projeto "Jovens Solidários" foi idealizado por jovens da comunidade do Timbó, estudantes do segundo e terceiro ano do ensino médio em 2020. Logo no início da pandemia, em abril daquele ano, os jovens perceberam a crescente insegurança alimentar que afetava suas famílias, amigos e vizinhos. Motivados pelos pedidos de ajuda, eles mobilizaram esforços para criarem uma rede de apoio, envolvendo parceiros e movimentos sociais, como professores, membros do grêmio estudantil, o movimento Levante Popular da Juventude, duas organizações da sociedade civil e o projeto de extensão do Laboratório Metuia/UFPB. Essa articulação foi essencial para estruturar uma resposta eficaz às demandas emergentes, buscando o "inédito viável" (Freire, 2014) com base na solidariedade como direção para a transformação social.

Por meio de mobilizações e organizações lideradas pelos jovens, foram estabelecidas redes de apoio, principalmente via *Instagram* e *WhatsApp*, em que foram solicitadas doações de alimentos ou dinheiro por meio de uma *Vakinha Online*. Para contribuir com esse processo, uma das tecnologias sociais adotadas pela equipe do projeto de extensão foi a Articulação dos Recursos no Campo Social (Lopes et al., 2014). Essa abordagem facilitou o diálogo e a parceria com organizações como a Central Única das Favelas (CUFA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Sem-Terra (MST), o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), além de padarias e granjas locais.

A proposta envolveu a realização de uma série de ações diversas, tanto individuais quanto coletivas, que abrangem grupos, movimentos sociais e instâncias políticas e de gestão. A estratégia central consistiu em coordenar práticas em diversos níveis de atenção, com foco em objetivos comuns e no aproveitamento dos recursos disponíveis. Esses recursos foram dos mais variados, incluindo aí financeiros, materiais, relacionais e afetivos.

Uma das atividades desenvolvidas pelo projeto "Jovens Solidários" foi a entrega de cestas básicas à comunidade, que sucedeu a organização de um cadastro feito de porta em porta (Figura 2). Essa abordagem permitiu um levantamento minucioso da situação - de uma maneira global, não somente financeira - das famílias da comunidade, fazendo-nos priorizar aquelas que enfrentavam as condições mais críticas de sobrevivência, como mães solteiras, idosos e residências com um maior número de crianças.

O projeto conseguiu acessar mais de 200 famílias cujas situações de vulnerabilidade social se intensificaram durante a pandemia. A maioria dessas famílias era composta por trabalhadores informais, sendo que grande parte eram mulheres e mães solo. Com as orientações de distanciamento social e o fechamento de instituições de diferentes naturezas, muitas dessas pessoas foram impedidas de garantir suas fontes de renda, o que agravou ainda mais suas condições de vida.



Figura 2. Realização dos cadastros das famílias pela comunidade do Timbó.

Devido à impossibilidade da presencialidade durante a pandemia, o projeto de extensão, ao longo de aproximadamente um ano, trabalhou em parceria com os jovens da comunidade para produzir uma série de informativos impressos. Esses materiais foram entregues junto às cestas básicas e colados em locais estratégicos pela comunidade, no formato de *lambe-lambe*² (Figura 3).

Os informativos produzidos pelo projeto abordavam cuidados essenciais para prevenir a contaminação pelo coronavírus. As orientações seguiam aquelas emitidas pela OMS: o uso correto de máscaras, a importância da higienização das mãos, medidas de prevenção e a identificação dos principais sintomas da COVID-19. Além de fornecer informações sobre saúde, o projeto também se empenhou em fomentar a leitura e o conhecimento entre as crianças, com a entrega de livros infantis.

Outra iniciativa foi a produção de vídeos informativos que explicavam o funcionamento da Unidade Básica de Saúde (UBS) e outros serviços disponíveis na comunidade. Esses vídeos foram elaborados a fim de facilitar a compreensão e o acesso dos moradores aos serviços de saúde. Além disso, os jovens realizaram *lives*, com a organização e edição da equipe

² Pôsteres colados em muros ou postes contendo mensagens críticas ou divulgação de criações e artes de artistas em espaços públicos (Freitas, 2019).

do projeto de extensão, nas quais abordaram temas do cotidiano. Essas transmissões ao vivo permitiram que os jovens compartilhassem suas vivências e reflexões com a comunidade da qual fazem parte, mas também eram abertas ao público em geral.



Figura 3. Colagens dos lambes pela comunidade.

Com o decorrer dessa primeira etapa, que durou aproximadamente cinco meses, de distribuição das cestas básicas, as quais incluíam alimentos e produtos de limpeza e higiene pessoal, os jovens da comunidade começaram a solicitar à equipe do projeto de extensão ajuda para estudar e entender assuntos transversais que surgiam durante os encontros e na convivência. Enquanto as famílias buscavam as cestas na escola, que era o local onde toda a organização do trabalho acontecia, os jovens deram início ao que passaram a chamar de “formação política”.

As temáticas abordadas durante as denominadas formações políticas foram elencadas pelos próprios jovens e, a cada semana, contavam com a participação de um professor convidado, seja da escola ou da universidade, para mediar o que, em prática, eram debates. Os assuntos escolhidos refletiam questões urgentes e relevantes para o contexto dos jovens e da comunidade, incluindo: desigualdade social e pandemia; saúde mental e pandemia; fascismo e democracia; e os significados das posições políticas de direita, esquerda, centro e “centrão”.

Na busca por registrar e compartilhar o conhecimento, as reflexões e os debates realizados pelos jovens nos espaços das formações, foi criada a "Rede de Comunicação Meu Timbó". Essa iniciativa começou por meio de um *website*, que se tornou uma plataforma fundamental para a circulação de informações e a promoção de um espaço aberto de expressão e diálogo.

Através desse *website*, os jovens puderam compartilhar suas experiências e aprendizados com outros jovens da comunidade e mesmo de outras comunidades, contribuindo para o fortalecimento das relações entre os membros do projeto de extensão e os jovens, assim como entre eles e a comunidade em geral. A rede inicialmente se expandiu de forma virtual, permitindo que as informações chegassem a uma audiência mais ampla, facilitando a troca de ideias e a construção de uma comunidade mais conectada.

Na Rede de Comunicação, foram feitas cerca de 50 publicações com expressões artísticas e culturais, como poesias, letras de músicas, vídeos de dança, desenhos, ilustrações, GIFs e fotografias. Cada contribuição retratava a realidade e as questões sociais que permeiam a vida dos jovens, permitindo que eles se expressassem de forma única sobre suas visões de mundo e suas experiências pessoais. Essas produções foram importantes para que os jovens compartilhassem suas histórias, angústias e questionamentos sobre a realidade que viviam (Figura 4). Os temas abordados incluíam as dificuldades trazidas pela pandemia, bem como a desigualdade social, a política, o racismo, o machismo, a violência e outras problemáticas sociais relevantes no Brasil.

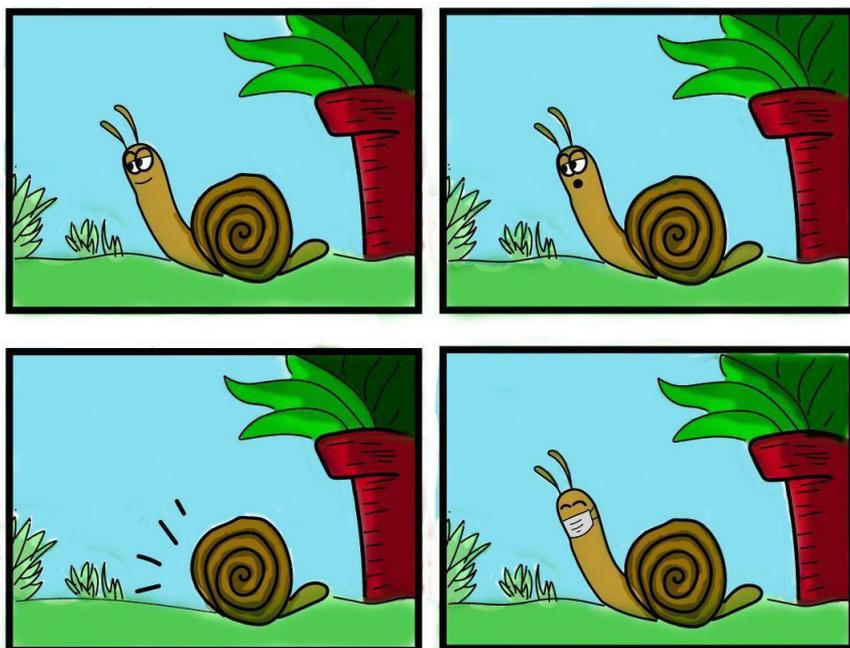


Figura 4. Produções do site "Rede de Comunicação Meu Timbó".

As produções aconteceram de forma virtual, envolvendo a participação ativa dos jovens e dos membros do projeto de extensão. Esse processo criativo se desenvolveu em

diferentes formatos – individualmente, em duplas ou grupos – e esteve pautado na tecnologia social dos *Acompanhamentos Singulares e Territoriais* (Lopes et al., 2014). Mesmo no contexto remoto, essa tecnologia permitiu identificar e explorar as singularidades, demandas e necessidades de cada jovem, considerando seus modos de vida e vínculos com o território.

Mesmo que no formato virtual, a proposta dos *Acompanhamentos* facilitou a comunicação e se mostrou uma ferramenta possível para fomentar um espaço onde os jovens pudessem compartilhar suas histórias, vivências, desejos e projetos. A flexibilidade nas formas, horários e o maior tempo de interação foi especialmente importante para aqueles que trabalhavam, garantindo que todos e todas pudessem participar. Assim, foi promovido um ambiente de expressão que, embora virtual, se revelou viável e significativo, permitindo conexões e um fortalecimento das relações entre os jovens e a equipe do projeto.

A compreensão mais profunda sobre os jovens permitiu uma aproximação nas relações, essencial para direcionar as práticas subsequentes em terapia ocupacional social. As ações desenvolvidas passaram a articular aspectos macrosociais e microsociais, seguindo a abordagem de Lopes et al. (2014), que enfatiza a importância de atuar em diferentes níveis e integrar o indivíduo à coletividade. Com isso, as interações entre a equipe e os jovens se tornaram mais significativas, com vínculos mais fortalecidos, o que contribuiu para a formação de um grupo coeso e motivado. Esse engajamento crescente com o site e o material produzido refletiu maior noção de pertencimento, identidade e colaboração entre os jovens.

Um exemplo desse engajamento foi a criação de quatro episódios de *podcasts*, que exigiu um maior investimento em estudo, leitura, organização e compartilhamento de ideias, sendo uma forma de abordar assuntos escolhidos pelos próprios jovens. Os *podcasts* ampliaram o alcance do projeto, permitindo que o conteúdo chegasse a um público mais amplo. O formato de áudio facilita a escuta atenta e a reflexão, contribuindo para discussões mais profundas sobre os temas abordados.

O primeiro episódio do *podcast* abordou a história da comunidade do Timbó, explorando sua constituição, organização, desafios enfrentados, além das articulações, lutas coletivas e mobilizações que marcaram sua trajetória. O segundo episódio centrou-se nas desigualdades sociais que se intensificaram durante a pandemia, refletindo sobre a frase amplamente utilizada na época, "estamos todos no mesmo barco", destacando que essa afirmação não se aplica a todas as vivências. No terceiro episódio, no contexto das eleições municipais de 2020, o foco foi esclarecer aspectos importantes do processo eleitoral no Brasil, discutindo as funções dos poderes executivos e legislativos, a construção da democracia, e a relevância do voto e da participação social na sociedade.

O último episódio do *podcast* foi realizado em colaboração com a comunidade escolar da instituição de ensino médio onde os jovens estudavam. Ele contou com a participação da diretora em exercício, do professor de filosofia, de um estudante, de uma mãe e de uma liderança comunitária. Juntos, eles discutiram a possibilidade de construir uma escola pautada em uma pedagogia antirracista, intercultural e decolonial (Oliveira & Candau, 2010). Essa discussão reflete a perspectiva e prática da terapia ocupacional social, que se insere no âmbito de ação ao reconhecer sua função político-ideológica na luta contra a opressão (Farias & Lopes, 2022).

A parceria com os jovens foi fundamental na construção do *website*, não apenas para fortalecer o relacionamento com eles, mas também para nos aproximarmos e conhecermos outros jovens através do que chamamos de "busca ativa virtual", especialmente por meio do *Instagram*. Essa estratégia nos permitiu expandir nosso acesso à juventude da comunidade. Assim, começamos a convidar os jovens para participar da criação de matérias para o site, e eles, por sua vez, também convidaram amigos para contribuírem com poesias, textos, vídeos, desenhos e outras manifestações artísticas, criando, cada vez mais, uma rede extensa e coesa virtualmente.

Em um momento em que a sociabilidade e a convivência foram drasticamente rompidas pelas orientações de distanciamento social, optamos por discutir a ação técnica da terapia ocupacional social a partir de um espaço que fomentasse a solidariedade como um posicionamento político, crítico e consciente. Essa abordagem não apenas busca interferir na ordem social, mas também abre possibilidades para transformá-la (Pereira et al., 2020). Como destaca Paulo Freire em diálogo com Walter Oliveira (Freire & Oliveira, 2014), a solidariedade é a antítese do individualismo; é uma força essencial para a coesão social, facilitando o funcionamento comunitário e a vida em sociedade. Assim, a solidariedade deve estar intrinsecamente ligada à consciência crítica e política, promovendo um envolvimento mais profundo e transformador entre os membros da comunidade.

A proposta de trabalho orientou-se para o fomento e fortalecimento das redes sócio comunitárias e de solidariedade já existentes. No caso da comunidade do Timbó, essa dinâmica tem sido protagonizada por jovens que desenvolvem projetos e ações com o intuito de agir de forma coletiva e articulada em resposta às necessidades locais e aos interesses comuns. O objetivo é transformar as condições de injustiça e desigualdade social que permeiam a vida da comunidade em motores de movimentação de autocuidado da comunidade. As parcerias estabelecidas durante esse processo foram se intensificando e permanecem até hoje, resultando na construção de outros projetos que são também coletivos, colaborativos, solidários e críticos, todos eles constituídos por membros da comunidade que se engajam na construção de um projeto de fortalecimento local.

Assim, os jovens da comunidade do Timbó e da associação, assumiram um papel essencial como parceiros nesse trabalho, contribuindo ativamente para o desenvolvimento de estratégias e para a estruturação de ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos, especialmente os jovens, em relação às necessidades e potencialidades da comunidade. Através dessa colaboração, foram construídas abordagens coletivas para resolver problemas e gerar respostas, ou, pelo menos, para compreender os desafios comuns enfrentados nos modos de vida e cotidianos das juventudes locais. Essa dinâmica de parceria permitiu a criação de um espaço seguro e acolhedor para o diálogo, onde as vozes e experiências dos jovens foram valorizadas e consideradas no processo de ação.

Os jovens das periferias, por meio de ações comunitárias que criavam redes de apoio e fortalecimento de práticas de cuidado coletivo, desafiaram o abandono estatal na pandemia ao mesmo tempo em que essa prática operava como uma denúncia dessa omissão do Estado. Essas redes não apenas preencheram lacunas emergenciais, mas também contribuíram para o desenvolvimento de novas lideranças e para a criação de um imaginário de resistência que ultrapassa a temporalidade pandêmica e que pode servir de inspiração para outros grupos.

A omissão do Estado durante a pandemia evidenciou a precariedade das políticas sociais, e as redes de solidariedade atuaram como respostas imediatas e autônomas. Essas ações mostram a urgência de reavaliar o papel estatal e de fomentar políticas que reconheçam e apoiem os esforços comunitários, promovendo, assim, uma aliança entre Estado e sociedade civil para garantir direitos básicos.

O trabalho conjunto facilitou a identificação de questões urgentes a serem enfrentadas pela comunidade e impulsionou a criação de ações que buscavam atender às demandas específicas dela. As iniciativas surgidas a partir dessa colaboração refletiram as realidades vividas pelos jovens e foram fundamentais para o fortalecimento da solidariedade e do sentimento de pertencimento, promovendo uma maior integração entre os diferentes subgrupos da comunidade. Esse processo possibilitou a emergência da solidariedade, do senso de comunidade, da criatividade, da resiliência e da resistência às crises atuais e futuras.

Considerações Finais

As iniciativas locais e pontuais protagonizadas pelos jovens do Timbó nos indicam caminhos possíveis para uma reflexão-ação em terapia ocupacional social. Essas experiências ampliam as possibilidades de atuação junto aos movimentos sociais e à organização da sociedade civil, fortalecendo redes de solidariedade e incentivando a participação social das juventudes em movimentos de cuidados coletivos. Ao incorporar as vivências e demandas dos jovens nas práticas da terapia ocupacional, não apenas respondemos às necessidades imediatas da comunidade, mas também contribuímos para a construção de uma sociedade que caminhe em direção à justiça social.

Além da inserção essencial da terapia ocupacional nas políticas públicas e sociais (Bezerra & Trindade, 2013), é fundamental aprofundar a articulação e o diálogo com os movimentos sociais e grupos organizados, que se mostram férteis para a militância e a mobilização coletiva significativa. Essa interação fortalece, entre os jovens, um sentimento de pertencimento àquela comunidade, uma consciência crítica ampliada e uma compreensão mais sólida dos seus direitos. Por meio de suas trajetórias individuais e coletivas, esses jovens desenvolvem habilidades de reivindicação e estratégias concretas para enfrentar os desafios cotidianos de suas comunidades.

A pandemia escancarou vulnerabilidades extremas, despertando um sentimento de desamparo coletivo e um risco iminente de agravamento das desigualdades sociais. No entanto, essa mesma experiência também reforçou a importância das ações de solidariedade, mesmo que permeadas por conflitos e desafios. Observa-se, nesse contexto, a contradição entre a crescente organização da sociedade civil e o recuo da atuação do Estado nesses espaços, especialmente em um cenário neoliberal no qual o poder público se beneficia das iniciativas comunitárias para suprir deficiências estruturais. Diante disso, é essencial que os movimentos sociais e organizações coletivas não apenas ofereçam suporte direto às populações vulneráveis, mas também pressionem o Estado para que ele assuma suas responsabilidades por meio de políticas sociais que atendam às necessidades coletivas.

A articulação com movimentos sociais e grupos organizados é fundamental para fomentar a autonomia e a mobilização política da juventude. A consciência crítica e a organização coletiva são instrumentos essenciais para que esses jovens não apenas

compreendam os mecanismos de dominação que os cercam, mas também encontrem caminhos para intervir na realidade e transformar suas condições de vida – um processo que ocorre, prioritariamente, de forma coletiva. Nesse sentido, a terapia ocupacional social tem um papel central, ao atuar junto às juventudes e fortalecer essas redes de resistência.

Inspirados no conceito freiriano de “inédito viável” (Freire, 2014), acreditamos que a terapia ocupacional social, em parceria com os jovens, pode contribuir para a construção de um futuro mais equitativo e solidário. Para isso, é fundamental que as capacidades técnicas do terapeuta ocupacional se articulem com as redes de solidariedade e os movimentos sociais, fortalecendo as iniciativas de apoio no contexto pós-pandêmico e criando soluções criativas para os desafios cotidianos. O grande desafio está em ampliar as insurgências que emergem dos territórios e comunidades, garantindo que essas redes permaneçam ativas e capazes de traçar caminhos coletivos para enfrentar desigualdades que ainda nos cercam e promover transformações sociais significativas.

Referências

- Araújo, E. M. D., Caldwell, K. L., Santos, M. P. A., Souza, I. M., Rosa, P. L. F. S., Santos, A. B. S., & Batista, L. E. (2021). Morbimortalidade pela Covid-19 segundo raça/cor/etnia: a experiência do Brasil e dos Estados Unidos. *Saúde em Debate*, 44(spe4), 191-205. <http://doi.org/10.1590/0103-11042020e412>.
- Arendt, H. (2007). *A condição humana* (10. ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2011). *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Barros, D. D. (2004). Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, 15(3), 90-97. <http://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v15i3p90-97>.
- Bezerra, W. C., & Trindade, R. L. P. (2013). A terapia ocupacional na sociedade capitalista e sua inserção profissional nas políticas sociais no Brasil. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 21(2), 429-437. <http://doi.org/10.4322/cto.2013.045>.
- Cardoso, A., Tostes, A., Corazza, D., Carvalho, L., & Paterniani, S. (2021). Ciência popular e transformação social: caminhos metodológicos do nosso Instituto de pesquisa. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 1(2), 1-26.
- Farias, M. N., & Lopes, R. E. (2022). Terapia ocupacional social, antiopressão e liberdade: considerações sobre a revolução da/na vida cotidiana. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 30(spe), 1-14. <http://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoen234531001>.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.
- Freire, P. (2014). Pedagogia da esperança. In P. Freire (Org.). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido* (21. ed., pp. 21-272). São Paulo: Paz & Terra.
- Freire, P., & Oliveira, W. F. (2014). Solidariedade e esperança como sonhos políticos. In W. F. Oliveira (Org.), *Pedagogia da solidariedade* (pp. 70-110). São Paulo: Paz & Terra.
- Freitas, L. M. (2019). Lambe-lambe arte como proposta de ensino e aprendizagem. *Seminário Integrador de Extensão*, 2(2), 1-3.
- Lopes, R. E. (2016). Cidadania, direitos e terapia ocupacional. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Eds.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos* (pp. 29-48). São Carlos: EdUFSCar.
- Lopes, R. E., & Malfitano, A. P. S. (2023). *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. São Carlos: EdUFSCar.

- Lopes, R. E., Malfitano, A. P. S., Silva, C. R., & Borba, P. L. O. (2014). Recursos e tecnologias em terapia ocupacional social: ações com jovens pobres na cidade. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, 22(3), 591-602. <http://doi.org/10.4322/cto.2014.081>.
- Malfitano, A. P. S., Cruz, D. M. C., & Lopes, R. E. (2020). Terapia ocupacional em tempos de pandemia: seguridade social e garantias de um cotidiano possível para todos. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28(2), 401-404. <http://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoED22802>.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições.
- Oliveira, L. F. D., & Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, 26(1), 15-40. <http://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2023). *OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19*. Recuperado em 8 de novembro de 2024, de <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>
- Pereira, B. P., Soares, C. R., Galvani, D., Silva, M. J., Almeida, M. C., Bianchi, P. C., & Barreiro, R. G.. (2020). Terapia Ocupacional Social: reflexões e possibilidades de atuação durante a pandemia da Covid-19. *Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO*, 4(3), 554-566.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71. <http://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>.
- Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. (2005). O retorno do território. *Observatorio Social de América Latina - OSAL*, 6(16), 251-261.
- Santos, M. (2012). *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EdUSP.
- Scherer-Warren, I. (2008). Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 21(54), 505-517. <http://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300007>.

Contribuição das Autoras

As reflexões deste texto decorrem das atividades de extensão do Laboratório Metuia/ Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Todas as autoras foram responsáveis pelo desenvolvimento do relato e da escrita do texto e aprovaram a versão final do texto.

Fonte de Financiamento

O projeto de extensão recebeu financiamento de bolsa da Universidade Federal da Paraíba - Probex/UFPB – 2020/21.

Autora para correspondência

Beatriz Prado Pereira
e-mail: beatriz.prado@academico.ufpb.br

Editora de seção

Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano